

## Classe D vai gastar cerca de R\$ 381 bilhões em 2010

(Marina Rigueira e Marinella Castro)

O aumento da renda do brasileiro e políticas como a isenção de impostos para incentivar o consumo contribuíram para modificar o perfil das classes D/E nos últimos anos. Além de exportar milhões de brasileiros para a classe C, a base da pirâmide registrou entre 2008 e 2009 crescimento significativo da renda. As classes D e E continuam com uma população de mais de 60 milhões de brasileiros, mas agora estão realizando sonhos de consumo, que não se restringem apenas a aquisição de bens não-duráveis – mas também a compra de serviços mais sofisticados, como a educação particular.

Entre 2005 e 2009, as classes D/E, que representavam 51% da população brasileira, caíram para 35%. Além disso, a renda familiar média dessa classe subiu de R\$ 650 para R\$ 733, entre 2008 e 2009. Em 2009, 8,9 milhões de brasileiros fizeram as malas e migraram da classe D para a C, que soma agora um público de 92,8 milhões de pessoas, ampliando sua participação para 49% da população. Os dados são da Cetelem, financeira do grupo francês BNP Paribas. O estudo revela que, juntas as classes C, D e E, alavancaram um recorde na renda média das famílias, que alcançou a maior cifra da história, de R\$ 1.285. O conceito da pesquisa da Cetelem leva em consideração itens como a posse de eletrodomésticos, carro de passeio e grau de instrução do chefe da família. Segundo o diretor geral da Cetelem no Brasil, Marcos Etchegoyen, a tendência para o consumo aquecido deve se manter nos próximos 12 meses.



O ganho de renda da base da pirâmide tem estimulando o consumo mais diversificado. Segundo recente pesquisa do Instituto Data Popular sobre a classe D, os gastos dessa fatia da população, que tem renda familiar de três salários mínimos, vai somar este ano R\$ 381,2 bilhões, ficando atrás somente da classe C, que deve movimentar R\$ 427,6 bilhões. O estudo aponta que, em 2010, os mais pobres mostram um avanço no perfil de consumo e devem ser responsáveis por 25% das matrículas de novos alunos na rede particular.

O movimento já começa a ser percebido de forma qualitativa pelos segmentos antes dominados pelas classes A, B e C. Depois de vários anos sem receber alunos da escola pública, José Donizetti dos Santos, diretor do Colégio Maria Clara Machado, no Bairro Santo Agostinho, ficou surpreso com a mudança. Segundo ele, este ano, das novas matrículas recebidas para o ensino fundamental, 20% corresponderam a demanda de alunos vindos da rede pública. “Todos vão pagar a mensalidade de R\$ 670. Nenhum deles é bolsista”, garante. Segundo o diretor, este movimento é ainda mais intenso em escolas que oferecem mensalidades de menor valor.

A babá Gabriela Silva Coelho tem renda mensal de R\$ 700. O que ela mais prioriza é a educação da filha Amanda Silva Coelho, de um 1 e 5 meses. “Pago R\$ 100 por mês para minha filha estudar em uma escola infantil particular. Considero muito importante que ela vá a escola desde pequena e que seja bem educada”, explica. Gabriela também ajuda o marido Fabrício Lourenço Coelho a pagar a faculdade de engenharia de produção. “Esse é um investimento que trará crescimento para a nossa família”, frisa. Com sua renda mensal, Gabriela comprou televisão, geladeira, fogão, microondas e outros eletrodomésticos.

A massa da população que permanece nas classes D e E ainda preocupa. O diretor da consultoria Energy Choice, Eduardo Neri, diz que o desafio é tornar o crescimento sustentável. Segundo ele, investir em educação é um pensamento econômico que faz parte de uma cultura de investimentos mais característica da classe C, que começa a aprender a importância da poupança. “A classe D ainda tem muitas necessidades imediatas a serem atendidas”, pondera. No entanto, a percepção de que a educação é importante, mesmo em um ambiente de baixa renda, pode ser interpretado como sinal positivo. “Significa que a educação começa a ser percebida como meio para melhorar a renda e qualidade de vida.”

O pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri, aponta que, entre 2010 e 2014, as classes A, B e C devem incorporar 36 milhões de pessoas, enquanto a classe E deve exportar para a D 14,5 milhões de brasileiros. Para Neri os fundamentos sólidos da macroeconomia, aliados a um empenho na melhoria dos indicadores de educação do país, garantirão a sustentabilidade das novas classes sociais. Empregada doméstica há 10 anos, Gilvania Rodrigues de Souza trabalha em uma casa no Bairro de Lourdes. Ela ganha R\$ 800 por mês e seu maior investimento é o filho, Wesley. “Comprei um videogame para ele e a próxima aquisição será um computador”, conta.